

Governo do RS quer limpar a pauta antes do recesso

Restando seis sessões deliberativas deste ano, Executivo gaúcho tem ao menos 17 projetos para apreciação na Assembleia Legislativa.

FELIPE NABINGER

Restando seis terças-feiras, dias de sessões deliberativas, até o recesso da Assembleia, o governo Eduardo Leite (PSDB) tem pelo menos 17 projetos para apreciação do Legislativo gaúcho. Entre as propostas tramitando em regime de urgência, destaque para os pacotes ligados à segurança pública e à educação, além das alterações do auxílio-alimentação. Há ainda o piso regional e a Lei Orçamentária Anual a serem colocadas à votação. O governo afirma tranquilidade, apesar de o tempo exíguo, entendendo que o andamento está dentro de um cronograma.

Amanhã, devem ser votados, entre outros projetos, o aumento e ampliação do auxílio-alimentação para os servidores, o reajuste do mínimo regional e mudanças no processo de seleção de projetos contemplados com recursos do Pró-Cultura.

Ao todo, 14 projetos estão aptos a serem apreciados. Além das propostas do governo, incluindo cinco em regime de urgência, são cinco projetos de órgãos judiciários e outras três proposições de parlamentares.

Uma reunião na Casa Civil nesta segunda-feira pode reduzir o número de tramitações em regime de urgência. A pedido de parlamentares, o projeto que institui taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia sobre as faixas de domínio e áreas adjacentes das rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado pode passar a ter tramitação normal, adiando a sua votação.

A expectativa é que a pauta, pelo menos no que tange as propostas do Executivo, seja zerada. Na semana que vem, no dia 21, além de outros três projetos do governo que começam a trancar a pauta, o líder do governo na Casa, deputado Frederico Antunes (PP), projeta a entrada na ordem do dia da lei or-

çamentária anual (LOA), que precisa ser votada e aprovada antes do final de novembro para sanção do governador.

Um dos pontos que fazem com que o orçamento seja apreciado nessa sessão é que na subsequente, no dia 28, alguns parlamentares devem estar ausentes em missão oficial à China e a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, incluindo o presidente, Vilmar Zanchin (MDB). A viagem deve ocorrer de 24 de novembro a 4 de dezembro.

Para dezembro, os pacotes de projetos apresentados recentemente para a segurança pública e educação passam a trancar a pauta, respectivamente, nos dias 5 e 12. Ainda haverá sessão deliberativa no dia 19 e, caso os deputados não concluam a votação, há possibilidade de as sessões dos dias 20 e 21 de dezembro contarem com ordem do dia. O recesso parlamentar ocorrerá dos dias 23 a 31 de dezembro.

Piso e vale-alimentação entre as polêmicas

Nesta terça-feira, os projetos mais polêmicos a serem votados devem ser o que amplia o auxílio-alimentação a todas as categorias de servidores ativos, de cargo efetivo, cargo em comissão (CC) e temporários contratados sob o regime estatutário, passando o benefício dos atuais R\$ 268,84 para R\$ 366, a partir de outubro, e aumentando para R\$ 400, a partir de maio do ano que vem, e do piso regional.

Quanto ao piso regional, a entrada na pauta contempla pedido de representantes do Fórum das Centrais Sindicais,

que reuniram-se com o presidente da Assembleia, deputado Vilmar Zanchin (MDB). A proposta do governo, encaminhada em junho para a Assembleia, sem regime de urgência, é de um aumento de 9%, o que elevaria o valor dos atuais R\$ 1.443,94 para R\$ 1.573,89 na primeira faixa. O índice é considerado pelos sindicatos um avanço, mas insuficiente.

Conforme Guiomar Vidor, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no RS (CTB-RS), nesta segunda-feira as centrais sindicais procurarão líderes de ban-

cada para buscar a garantia da aprovação do projeto na terça-feira e, ainda que difícil, a ampliação da alíquota de reajuste das categorias contempladas pelas faixas do piso.

“Tivemos uma reunião com o presidente da Assembleia e ele não vê motivos para que não seja votado, que já está maduro e que os debates foram feitos. Sabemos que é muito difícil modificar isso, mas trabalharemos até o final para colocar os 10,47%”, afirma Guiomar. O governo, conforme Frederico Antunes, não tem interesse em postergar a votação do piso.

CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Ex-vereadores compartilham memórias

Memórias da Câmara de Porto Alegre foram o centro do debate que reuniu ex-vereadores no Espaço Força e Luz, no Centro Histórico. Em parceria com a 69ª Feira do Livro, o evento contou com a presença de 11 parlamentares que integraram cinco legislaturas distintas, lembrando histórias e “causos”. Na abertura, o atual presidente Hamilton Sossmeier (PTB) afirmou que “antigamente, eram discutidos projetos, ideologias, mas havia o respeito às pessoas”, acrescentando que, “hoje em dia, vivemos tempos tensionados”. O único vereador convidado em exercício

foi Pedro Ruas (PSol), que está no sexto mandato. “Pedro Ruas, nosso decano, assim como outros vereadores com mais mandatos, têm sido o equilíbrio da Casa”, comentou.

O político presente com mais legislaturas, nove, era Reginaldo Pujol, que afirmou ter “revivido no dia de hoje”. Do mesmo modo, Jussara Gauto, que assumiu pela primeira vez em 1977, disse estar “encantada” e que sentiu novamente “o gás que tinha antes”. Valdir Fraga, ex-presidente da Casa em duas oportunidades, disse estar “muito feliz com o evento”. Um dos principais pontos

levantados no encontro foi o respeito entre os políticos que conviviam no Legislativo. “O que eu fiz na Câmara foi me apoiando em outros vereadores”, disse Ignácio Neis. Primeira vereadora cega de Porto Alegre, Bernadete Vidal, eleita pelo Arena, lembrou que Jussara Cony, atualmente no PCdoB, “vinha correndo” para lhe buscar na tribuna, como demonstração de amizade. Emocionada, Teresinha Irigaray, ex-vereadora e ex-primeira-dama, trouxe memórias sobre a cassação de seu marido à época, o ex-prefeito Sereno Chaise, pelo golpe militar de 1964.

prevenção em todas as cores #Novembro Azul Nada é mais forte do que quebrar um tabu. Aqui tem saúde. Aqui tem prevenção. Aqui tem Unimed. Unimed



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Mais um round

No embalo da apreciação dos vetos do presidente Lula ao projeto do marco temporal, que deve ocorrer ainda em novembro, a Câmara dos Deputados autorizou a criação de uma comissão especial para ampliar as discussões sobre a PEC que trata do tema. O texto determina critérios para demarcação e exige que a União indenize os proprietários em moeda corrente e valor de mercado. A relatoria deverá ficar a cargo do deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB), que foi relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça da Casa e que presidiu, por dois mandatos, a Frente Agropecuária (FPA), interessada diretamente na proposta. Os movimentos do Congresso Nacional em torno da pauta representam mais um episódio na queda de braço de parlamentares com o Supremo Tribunal Federal, que envolve temas em análise ou já julgados pelos ministros. Além do marco temporal, estão na mira dos parlamentares a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, o imposto sindical, o aborto e o casamento de pessoas do mesmo sexo. Como o Supremo é o guardião da Constituição, a intenção de senadores e deputados federais insatisfeitos com o que chamam de interferências indevidas da Corte, em alguns casos, é a alteração do texto constitucional. Em outros, porém, a resistência e demarcação de posição por meio de projetos de lei.

A composição do grupo

A comissão que discutirá marco temporal contará com 34 deputados titulares e 34 suplentes a serem indicados pelos líderes das bancadas. Principal partido de oposição, o PL terá direito a seis nomes, seguido da Federação PT/PCdoB/PV, com cinco, União Brasil, com quatro integrantes, PP, MDB, PSB e Republicanos, com três parlamentares cada. Outros sete partidos/federações indicarão um cada.

Ministro acompanhará trabalhos no RS

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, virá mais uma vez ao Rio Grande do Sul, no dia 14 de dezembro. O motivo da visita é acompanhar a safra da uva e do fumo em municípios do Estado. O ministério está acompanhando a execução do pacto de boas práticas assinado com o setor de vinho após casos de trabalhadores que atuavam em condições precárias.

Projeto de Mourão tem recorde de acessos

O projeto de lei apresentado pelo senador Hamilton Mourão (Republicanos), que prevê a anistia aos acusados e condenados pelos ataques de 8 de janeiro, excluindo os casos de crimes de dano e deterioração do patrimônio tombado, gerou mobilização na página do Senado. No espaço de consulta pública sobre a matéria, mais de 370 mil disseram concordar com o texto e outros 302 mil foram contrários. O sistema precisou inclusive ser reforçado, tamanha a demanda de acessos. Para fins de exemplificação, o projeto que estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica recebeu apenas 10 votos, oito favoráveis e dois contrários.

Granpal visa alinhar esforços

A Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal), realiza, nesta segunda-feira, o “Café da Manhã Metropolitano”. O evento terá como tema central “Agendas prioritárias da Granpal na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional”. O café ocorrerá no Hotel Deville, às 8h, e contará com a participação de prefeitos da região metropolitana, deputados federais e estaduais e senadores do Rio Grande do Sul. “É uma ótima oportunidade de alinhar esforços políticos e institucionais para atender às necessidades de nossa comunidade”, disse o presidente da Granpal, Leonardo Pascoal, prefeito de Esteio.

APARTES

■ A Atricon publicou nota recomendatória orientando os tribunais de contas brasileiros a adotarem linguagem simples e o direito visual, tanto em peças técnicas, como nos relatórios de auditoria, pareceres e decisões, e também na própria comunicação institucional das cortes. A medida visa facilitar a compreensão de informações, ampliar o acesso da sociedade e estimular o exercício da cidadania e do controle social. “A adoção da linguagem simples e do direito visual pelas Cortes de Contas se faz essencial porque abre portas para facilitar o entendimento de matérias mais complexas, com as quais nem todas as pessoas estão acostumadas”, disse o presidente da Atricon, Cezar Miola.

Colaborou Mauren Xavier